



Defesa tenta adiar mais uma vez depoimento de Cachoeira na CPI

Advogados alegam que não houve tempo para examinar todos os dados dos processos contra Cachoeira. CPI, no entanto, pediu ao Supremo Tribunal Federal que não renove liminar que

permite ao contraventor não depor amanhã. Quinta-feira serão ouvidas seis pessoas acusadas de ligação com Cachoeira, entre elas Idalberto Matias de Araújo, que seria “araponga” do grupo. **3**

Demóstenes Torres diz que está empenhado em elaborar defesa **3**

Instalação da Comissão da Verdade recebe novos elogios **3**

Confira a agenda das comissões para esta semana **2**

Banco Central independente recebe críticas em Plenário **4**

Aprovação do tratamento de câncer em casa é comemorada **4**



Guimarães, Requião e Lessa em audiência promovida, na sexta, pela Representação Brasileira no Parlasul

Jonas Pereira/Agência Senado

Debate aponta trunfos do Brasil na crise mundial

Facilidade para gerar energia e espaço para crescimento colocam América do Sul e Brasil em vantagem para enfrentar dificuldades, aponta Carlos Lessa

Em debate na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, ex-presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) afirma que a região apresenta condições melhores que a de países desenvolvidos para superar crise

econômica e promover, por exemplo, uma revolução tecnológica. Já o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães alertou para a necessidade de se evitar o enfraquecimento do Mercosul, o que seria do interesse de nações “economicamente mais importantes”. **4**



O senador Acir Gurgacz fala em debate sobre o escoamento da produção agrícola nacional: infraestrutura de hidrovias

Waldemir Barreto/Agência Senado

Debatedores: produção agrícola cresce, mas via de escoamento não

Debate da Comissão de Agricultura mostrou que todos os rios do Brasil transportam juntos menos carga agrícola do que o rio Mississippi, nos EUA. **2**

Jornal do Senado



Você vai curtir estar bem informado

Acompanhe as principais notícias direto no seu Facebook. É só curtir a página do Jornal do Senado.
www.facebook.com/jornaldosenado

JORNAL DO SENADO



Marcelo Perrupato e Silva, Mário Dirani, Fernando Castanheira Neto, Acir Gurgacz, Ricardo de Sá Vieira e Adão Proença

Hidrovia ainda é gargalo para agricultura nacional

Em debate na Comissão de Agricultura, participantes disseram que produção agrícola do Brasil cresceu, mas não foi acompanhada pelo crescimento da infraestrutura de transporte aquaviário

O TRANSPORTE AQUAVIÁRIO precisa de investimentos urgentes e pesados para ajudar o Brasil a crescer em curto prazo. Essa foi uma das conclusões do debate realizado na sexta-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Foi o sétimo seminário do ciclo que a CRA vem realizando desde 2011 sobre questões relacionadas ao agronegócio e à reforma agrária. O tema do encontro da sexta-feira foram os corredores de escoamento da produção agrícola.

O presidente da Comissão Nacional de Logística e Infraestrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), José Ramos Torres de Melo Filho, informou que a produtividade da agricultura brasileira cresceu de maneira exponencial nas

últimas décadas, porém a infraestrutura logística nacional não acompanhou esse avanço.

O secretário de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes, Marcelo Perrupato e Silva, informou que o ministério vem priorizando estudos e investimentos no transporte aquaviário, como na construção de eclusas no rio Tocantins.

Com a atual logística, disse o representante do Ministério dos Transportes, o Brasil nunca vai conseguir passar de sexta economia do mundo para ser a quinta ou a quarta.

O superintendente de Navegação Interior da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Adalberto Tokarski, disse que o transporte hidroviário é menos poluente e mais barato para o escoamento da produção agrária.

São 63 mil quilômetros de rios navegáveis no país, disse Tokarski, mas apenas 13 mil quilômetros são usados atualmente. Segundo afirmou, com poucos investimentos, o país conseguirá dobrar esse número em alguns anos.

Segundo o diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Adão Magnus Marcondes Proença, no rio Mississipi, nos EUA, 320 milhões de toneladas de produtos agrícolas são escoadas anualmente, enquanto, no Brasil, o transporte mal chega a 100 milhões em todos os rios somados.

A reunião da sexta-feira foi conduzida pelo presidente da comissão, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), e contou com a participação do senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Paralisação de porto em Rondônia preocupa Raupp



Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu às autoridades solução para a paralisação das atividades portuárias em Porto Velho devido a ondas no rio Madeira, formadas pela abertura de comportas da Hidrelétrica de Santo Antônio.

— É um fenômeno novo, que ocasionou a paralisação parcial das operações de segunda-feira até dia 17, e hoje [sexta-feira] foram completamente paralisadas todas as operações no porto. Solicito aos presidentes da Antaq, da Aneel e da ANA que efetuem uma fiscalização nas obras da Usina de Santo Antônio e procurem encontrar uma solução para esse fato que está ocorrendo no rio Madeira — explicou.

Gurgacz pede restauração rápida da rodovia BR-364

A restauração da BR-364 está entre as principais demandas da bancada de Rondônia. A rodovia federal é utilizada para o escoamento da produção agrícola do estado. Acir Gurgacz (PDT-RO) lembrou que a licitação para a reforma já está em andamento, mas pediu que o Ministério dos Transportes acompanhe o processo com rigor.

— A restauração dessa rodovia é uma dívida que o governo tem com o estado.

Para ele, a “alternativa concreta” para desafogar a BR-364 é a construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, para ligar Goiás a Mato Grosso e Rondônia.

— Essa ferrovia permitiria economia de custos e de tempo nas exportações para os mercados asiáticos e os países do Pacífico — argumentou.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



- SEGUNDA**
 - PLENÁRIO: Dia do Defensor Público**
11h Sessão especial para comemorar o Dia do Defensor Público. A sessão não deliberativa, às 14h, é destinada a discurso de senadores.
 - CDH: Prevenção à tortura**
9h A Comissão de Direitos Humanos promove audiência pública para debater a prevenção à tortura. Foi convidado o assessor da Pastoral Carcerária José Filho.
 - CÓDIGO PENAL: Reunião de juristas**
10h Reunião administrativa da comissão de juristas com a finalidade de elaborar anteprojeto do novo Código Penal.
 - CRE: Rio+20**
18h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalia os preparativos e a agenda da Conferência Rio+20, marcada para junho, no Rio de Janeiro.
- TERÇA**
 - CMA: Cidades sustentáveis**
8h30 A Comissão de Meio Ambiente promove debate com o tema “Cidades sustentáveis”, como preparação para a Conferência Rio+20.
 - SUBCOMISSÃO: Setor aéreo em debate**
9h Situação dos trabalhadores do setor aéreo e o Fundo de Pensão Aeris serão debatidos na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência.
 - CAE: Mantega e a poupança**
9h30 A Comissão de Assuntos Econômicos vota crédito externo para São Paulo e recebe o ministro da Fazenda, Guido Mantega.
 - CE: Política do Livro**
11h A Comissão de Educação analisa a criação da Política Nacional do Livro e as condições da educação básica.
 - CPI: Depoimento de Cachoeira**
14h Reunião para ouvir o depoimento do contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.
 - AVIAÇÃO CIVIL: Debate com sindicatos**
14h A Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil debate a visão dos sindicatos e associações sobre o setor.
 - CPI DA MULHER: Requerimentos**
14h CPI que investiga a violência contra a mulher vota requerimentos, como pedidos de informação a governos estaduais.
- QUARTA**
 - TRÁFICO DE PESSOAS: Requerimentos**
8h30 Os integrantes da CPI destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil se reúnem para apreciação de requerimentos.
 - CAE: Indicações ao Cade**
9h Comissão de Assuntos Econômicos analisa indicação de Carlos Ragazzo, Vinícius Carvalho e Alessandro Luis ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
 - CAS: Acidentes de trabalho**
9h Comissão de Assuntos Sociais analisa projeto sobre responsabilidade civil em acidentes no trabalho temporário.
 - CCT: Código da ciência**
9h Proposta de criação do novo código da ciência será debatida na Comissão de Ciência e Tecnologia.
 - CCJ: Lavagem de dinheiro**
10h Projeto que visa tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro é um dos itens em análise na Comissão de Constituição e Justiça.
 - BELO MONTE: Audiência pública**
10h Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte debate a importância do empreendimento para o setor elétrico.
 - CRE/CMMC: Cooperação amazônica**
14h Reunião da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão sobre Mudanças Climáticas para debater a organização do Tratado de Cooperação Amazônica.
 - CONSELHO: Depoimento de Cachoeira**
14h Conselho de Ética do Senado ouve Carlos Cachoeira, em processo disciplinar contra o senador Demóstenes Torres.
 - CAE/CI/CDR: Exploração de portos**
15h Debate sobre a exploração privada de instalações portuárias com o ministro da Secretaria de Portos, Leônidas Cristino.
- QUINTA**
 - CAS: Audiência com ministra**
9h Comissão de Assuntos Sociais realiza debate com a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci.
 - CPI DO CACHOEIRA: Depoimentos**
10h15 Reunião para ouvir seis acusados de envolvimento com o contraventor. Entre eles, Idalberto Matias de Araújo.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
 Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burtle
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cintia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep



Collor: Lei de Acesso à Informação

Prazo para dados ultrassecretos preocupa Collor

A instalação da Comissão da Verdade e a entrada em vigor, no dia 16, da Lei de Acesso à Informação foram comemoradas por Fernando Collor (PTB-AL). O senador alertou, contudo, para possíveis conflitos entre a nova lei e os tratados internacionais assinados pelo país.

Collor também manifestou preocupação com o prazo máximo de sigilo de documentos de Estado — como os relacionados à soberania do país, à segurança nacional e ao desenvolvimento de novas tecnologias. Pela nova lei, o prazo máximo de sigilo é 25 anos para documentos ultrassecretos, 15 para secretos e cinco para reservados.

Os ultrassecretos poderão ter prazo de sigilo renovado apenas uma vez. Collor lembrou ter apoiado a proposta original do governo Lula para a lei, que não limitava a renovação dessa classificação.



Prisão é na Alemanha, diz Paim

Paim espera que ambientalista seja libertado da prisão

Paulo Paim (PT-RS) fez apelo ao Ministério da Justiça da Alemanha pela libertação do capitão canadense Paul Watson, líder da ONG Pastores do Mar. O senador informou que Watson foi preso no dia 14, em Frankfurt (Alemanha), a pedido da Costa Rica.

O capitão é acusado, em processo já arquivado, de jogar sua embarcação contra um navio pesqueiro em águas costa-riquenhas. Segundo documento de entidades ambientalistas, contudo, a operação foi autorizada pela Guatemala e realizada em águas daquele país para impedir crime ambiental.

O documento informa ainda que a Costa Rica pode estar sofrendo pressão para defender interesses de países com forte indústria pesqueira e acusados de praticarem pesca ilegal.

Advogados querem adiar novamente depoimento do contraventor, marcado para amanhã. Deputado Miro Teixeira diz que medida é protelatória

Defesa de Cachoeira pede ao STF mais tempo para analisar dados



Miro disse na sexta que os advogados de Cachoeira não estão usando o tempo disponível para consultar dados sigilosos

Alvaro repudia hipótese de blindagem de governadores

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), repudiou a hipótese de acordo entre governo e oposição para evitar depoimentos de governadores na CPI do Cachoeira. Não estão na lista de convocados da comissão os governadores do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), e do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT). O senador disse que sua própria legenda apresentou requerimento convocando Marconi.

— O PSDB não faz acordo. Não é o PSDB que está impedindo que ele vá à CPI, mas quem teme o que ele possa dizer. Ele será questionado sobre denúncias conhecidas, publicadas, que podem colocá-lo nesse esquema. Mas

e o que não foi publicado e ele pode dizer? — alertou.

Para Alvaro, tornou-se imprescindível a convocação de Sérgio Cabral após a divulgação, pelo SBT, de mensagem de celular do deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) para o governador do Rio na qual estaria escrito: “A relação com o PMDB vai azedar na CPI. Mas não se preocupe, você é nosso e nós somos teu”.

O senador ressaltou, no entanto, que a comissão presta uma contribuição importante ao manter o escândalo em evidência.

— Nossa missão, da qual não vamos abrir mão, é lutar até o fim para que a CPI cumpra seu papel de investigar e denunciar — disse.

Alvaro defendeu ainda a



Alvaro Dias: “PSDB não faz acordos e até requereu convocação de Perillo”

quebra de sigilo da matriz da empresa Delta Construções e a convocação de seu ex-dirigente Fernando Cavendish. No entanto, criticou a tentativa de convocação e de quebra de sigilo telefônico do jornalista Policarpo Junior, da revista *Veja*, “uma afronta à liberdade de imprensa”.

— Foi uma afronta, repudiada e derrotada na CPI, porque se trata de ferir bens protegidos pela legislação: liberdade de imprensa e fonte da informação — disse.

Requião defende investigação de jornalistas

Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu a quebra dos sigilos bancário e fiscal de governadores, políticos, empresários de meios de comunicação e jornalistas eventualmente envolvidos no esquema do contraventor Carlinhos Cachoeira. Para ele, só assim a CPI será verdadeira.

— Se é para trazer a verdade,

que se traga por inteira. A liberdade de imprensa e informação não significa direito de formação de quadrilha — sustentou Requião.

O senador contou que foi vítima de ofensas pela imprensa quando era relator da CPI dos Títulos Públicos e não teve acesso, na ocasião, a direito de resposta. Ele é autor de projeto de lei (PLS

141/11) que regula a garantia desse direito ao cidadão em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.

— Não quero censura de espécie alguma. Quero o direito de resposta imediata e rápida para cada pessoa difamada por meio de comunicação. É o direito ao contraditório que existe em juízo — explicou.

SOB ALEGAÇÃO DE que não haverá tempo para analisar todos os dados sigilosos em poder da CPI que investiga Carlinhos Cachoeira, os advogados do contraventor querem adiar o depoimento dele, marcado para amanhã.

Na quinta-feira, a defesa entrou com pedido junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para manutenção da liminar concedida pelo ministro Celso de Mello, que havia evitado o depoimento de Cachoeira na terça-feira passada.

Na quarta, a CPI pediu ao Supremo para reconsiderar a decisão, já que foi liberado à defesa o acesso às informações, principal reclamação dos advogados do contraventor, preso desde fevereiro.

Na sexta-feira, o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) disse ter constatado que os advogados não estão usando o tempo disponível para a análise dos documentos sigilosos, guardados em uma sala-cofre do Senado. Os advogados só estiveram ali na noite da terça e em parte da quarta, não retornando na quinta nem na sexta.

— O presidente da CPI [senador Vital do Rêgo, do PMDB-PB] está colocando o ministro Celso de Mello a par de todas as informações sobre o acesso dos advogados aos documentos — informou.

Miro Teixeira acrescentou que a CPI colocou à disposição da defesa todos os computadores com dados das operações Vegas e Monte Carlo. Os advogados foram autorizados a visitar a sala-cofre inclusive no sábado e no domingo.

Na quinta-feira, a CPI ouvirá outros seis envolvidos, segundo a Polícia Federal: Idalberto Matias de Araújo, o Dadá, “araponga” do grupo; Lenine Araújo de Souza, gerente do jogo do bicho e responsável pela contabilidade; Jairo Martins de Souza, também araponga, José Olímpio de Queiroga Neto, gerente no Entorno do Distrito Federal; Gleyb Ferreira da Cruz, laranja de empreendimentos; e Wladimir Henrique Garcez, ex-vereador, facilitador junto a agentes públicos.

Demóstenes: “Estou trabalhando o dia todo no processo”

“Estou estudando, trabalhando o dia todo nisso, com meu advogado”, disse à Agência Senado o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO), referindo-se

ao processo disciplinar a que responde no Conselho de Ética. Na sexta-feira, ele chegou ao Senado de manhã e se dirigiu ao serviço médico situado em frente ao

Plenário, onde tomou uma vacina antigripal. Depois foi ao Plenário e cumprimentou os senadores que aguardavam o início da sessão de sexta-feira.

Ex-presidente do BNDES destacou potencial energético e espaço disponível como essenciais para o desenvolvimento do Brasil e vizinhos

América do Sul tem vantagens sobre países desenvolvidos, diz Carlos Lessa

O EX-PRESIDENTE DO Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, disse na sexta-feira, no Senado, que o Brasil e a América do Sul estão em vantagem com relação ao restante do mundo por não precisarem de uma nova forma de geração de energia para terem uma revolução tecnológica. E, além de já disporem de energia suficiente, têm espaço para que sua economia cresça, o que não existe nos países desenvolvidos.

Lessa participou da primeira audiência pública preparatória para o seminário Crise, Estado e Desenvolvimento: desafios e perspectivas para a América do Sul. O evento, promovido pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, será realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 25 de junho.

O ex-presidente do BNDES observou que uma mudança na matriz de transporte brasileira pode “elevar enormemente o poder de compra da população”. Ele afirmou que a matriz brasileira é “uma das piores do mundo”, baseada no transporte rodoviário, quatro vezes mais caro do que a matriz hidroviária e duas vezes mais do que a ferroviária. O simples barateamento do frete



Requião (2º à dir.) defende maior integração entre países do Mercosul em debate com Santayana (E), Guimarães e Lessa

aumentaria significativamente a capacidade de consumo dos brasileiros.

Mercosul

O Alto Representante Geral do Mercosul, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, disse que há uma campanha permanente com o intuito de minar o fortalecimento do bloco. Segundo ele, as nações economicamente mais importantes não têm interesse em ver o Mercosul forte, já que é mais difícil negociar com um grupo de países coesos.

Para o embaixador, as importações de produtos chineses e americanos pelos países do bloco atrapalham seu principal elemento de coesão, que é o comércio.

Já o jornalista Mauro

Santayana enfatizou a necessidade da união dos países da América do Sul como forma de superar a crise. Na avaliação dele, o Brasil tem de assumir o papel de protagonista nessa integração e, para isso, tem de ser “o mais tolerante, o mais condescendente, o que mais aceita desaforo”:

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) citou experiências de parceria vitoriosas no continente, como a hidrelétrica de Itaipu e o gasoduto boliviano.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) também destacou a atuação do governo brasileiro nas recentes crises da Bolívia, onde uma subsidiária da Petrobras foi nacionalizada, e do Paraguai, que reivindicou revisão do Tratado de Itaipu.

Ele disse ter mágoa do governo dos Estados Unidos, “que há 100 anos está boicotando a América do Sul”.

O senador Paulo Paim (PT-RS) questionou, por sua vez, a internalização de produtos chineses por países do Mercosul e sua posterior venda sem impostos. Também criticou as barreiras comerciais entre Brasil e Argentina.

O presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Roberto Requião (PMDB-PR), enfatizou a necessidade de uma maior integração do bloco e defendeu a entrada da Venezuela o mais rapidamente possível. Ele lembrou que o país tem um PIB quase igual ao da Argentina e um mercado consumidor imenso.

Independência do BC é tema superado, diz Vanessa Grazziotin

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou, na sexta-feira, artigo em que o ex-ministro Delfim Netto afirma que a ideia de um Banco Central (BC) independente já acabou. Segundo o ex-ministro, a nova realidade econômica impõe um diálogo maior entre BC e governo, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

— Não é o governo que está indo pela cabeça do ex-ministro Delfim Netto. A avaliação [dele] é que está extremamente correta e bate com a avaliação de muitos segmentos que apoiam e compõem o governo da presidenta Dilma.

Não é possível, afirmou, o governo caminhar para um lado e o Banco Central e o Comitê de Política Monetária para outro. “Isso não pode acontecer e não acontece efetivamente em nenhum lugar do mundo”.

A senadora disse que, desde que o governo anunciou a intenção de baixar os juros, “setores importantes do mercado internacional questionaram muito”. Mas, disse, foi uma decisão “das mais corretas”.

Congresso ajudará a pôr fim à guerra fiscal, afirma Paim

Paulo Paim (PT-RS) disse que o Congresso ajudará a construir um novo pacto federativo — que ponha fim à guerra fiscal entre estados e reduza as desigualdades regionais.

Em discurso, o parlamentar saudou a criação, pelo Senado, de uma comissão especial para rever as relações tributárias entre União, estados e municípios.

Entre os temas que precisam de novas regras, estão o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e as dívidas dos estados com a União.

— A comissão reúne as condições para subsidiar a nós, senadores e deputados, para a construção de um novo modelo de pacto federativo — disse.

A comissão foi instalada no mês passado. Criada por meio de ato do presidente do Senado, José Sarney, atendendo a requerimento de Pedro Taques (PDT-MT), é composta por 14 especialistas, entre eles juristas, tributaristas e cientistas políticos. O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim preside o grupo, que tem 60 dias para entregar o relatório final.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Jonas Pereira/Agência Senado

ACONTECEU NAS COMISSÕES

Planos poderão ser obrigados a pagar tratamento de câncer em casa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quarta-feira uma série de projetos para melhorar a saúde da população. Entre eles, a obrigação de que os planos de saúde cubram o tratamento domiciliar de câncer por via oral.

Ao apresentar o projeto (PLS 352/11), no ano passado, a senadora Ana Amélia (PP-RS) argumentou que cerca de 40% dos tratamentos oncológicos empregam medicamentos de uso domiciliar, substituindo a internação hospitalar ou ambulatorial. Também citou a previsão de que esse percentual suba para 80% nos próximos 15 anos.

Ana Amélia ressaltou que, além de não cobrirem esse tipo de tratamento, os planos de saúde transferem parte desses pacientes e seus respectivos custos assistenciais para o Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com o texto, os planos de saúde que incluem atendimento ambulatorial terão de cobrir o tratamento de quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral, incluindo os medicamentos para controle de efeitos adversos.

Já os planos que incluem internação hospitalar terão de cobrir a quimioterapia oncológica ambulatorial e domiciliar e os procedimentos radioterápicos para tratamento de câncer e hemoterapia, garantindo a

continuidade da assistência prestada durante a internação.

Qualidade de vida

A senadora avalia que, com o atendimento em casa, haverá uma melhoria na qualidade de vida dos pacientes. Ela disse em pronunciamento em Plenário, na quinta, que a quimioterapia convencional é agressiva e, ao exigir internação, deixa a pessoa suscetível a contaminações, além de ocupar vagas de hospital que poderiam ser usadas para atendimentos de emergência.

Ana Amélia reconheceu que o projeto representa um encargo adicional para os planos de saúde. Por isso, ela disse esperar que a indústria farmacêutica entenda o espírito da iniciativa e reduza preços, “para que haja um

compartilhamento de responsabilidade social” entre fabricantes, planos de saúde e os próprios médicos que prescrevem os remédios.

A proposta de Ana Amélia altera a Lei 9.656, de 1998, que trata dos planos de saúde. O texto contou com parecer favorável de Waldemir Moka (PMDB-MS), que é médico. Agora, a matéria segue para a Câmara dos Deputados.

Ostomizados

Além do projeto de Ana Amélia, a CAS aprovou na quarta-feira outras três propostas relacionadas à saúde. Uma delas (PLC 64/11), do deputado Enio Bacci (PDT-RS), determina que pessoas ostomizadas — que precisam portar bolsa coletora de fezes e urina — poderão embarcar

e desembarcar de ônibus sem passar pela catraca. O pagamento da passagem deverá ser feito ao motorista. Agora, o texto segue para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Outro projeto (PLS 23/12), do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), prevê tratamento médico para os adolescentes infratores que tenham deficiências mentais ou dependência de álcool ou outras drogas. A matéria também vai passar pela CDH.

Uma terceira proposta (PLS 438/11), do senador Humberto Costa (PT-PE), visa criminalizar a venda ilegal de agrotóxicos, com pena de reclusão de três a seis anos e multa para os infratores. O projeto ainda será examinado pelas comissões de Agricultura e de Constituição e Justiça.



A autora Ana Amélia com o relator Moka e Paulo Davim: 40% dos tratamentos empregam remédios de uso domiciliar

Genildo Magalhães/Agência Senado